

15/03/2017 - Telesíntese

Telecom melhora em ranking de atendimentos ao consumidor de 2016

Idec ressalta, porém, que não houve redução nas reclamações, mas mudança na métrica de outros segmentos.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) divulgou hoje, 15, um balanço das reclamações sobre empresas e fornecedores de serviços que recebeu ao longo de 2016. Pelo terceiro ano seguido, os planos de saúde são os produtos mais reclamados, seguidos de serviços financeiros.



O percentual indica quanto das reclamações se referem a cada segmento

O cálculo é feito em cima de 7.678 demandas, das quais 3.105 tratavam de dúvidas sobre os processos judiciais promovidos pelo Idec, em sua maioria relativos a planos econômicos.

O percentual indica quanto das reclamações se referem a cada segmento

Houve, no entanto, uma mudança no terceiro e quarto colocados. O setor de telecomunicações, que em 2014 e 2015 ocupava a terceira posição, caiu para a quarta, cedendo o lugar para as reclamações sobre produtos em geral (veja o gráfico).

Segundo Idec, essa mudança pode parecer positiva, mas não é. Isso porque houve um aumento de 1% no número total de reclamações – que a entidade não divulga – referentes ao setor de telecomunicações. As ações do consumidor relacionadas a produtos cresceram em maior

proporção, devido à incorporação de novos itens a sua cesta (como material de construção e artigos esportivos).

Colocando a lupa apenas sobre o setor de telecomunicações, o Idec identificou que a maioria das reclamações, 18,18%, está relacionada a planos pós-pagos móveis. Já 17,58%, a TV por assinatura. Outros 15,76% se referem a telefonia fixa, enquanto 13,94% a combos, 13,33% a internet fixa, 12,12% a telefonia móvel pré-paga e 9,09% à internet móvel. Ou seja, quase 40% das reclamações sobre o setor se dirigem à telefonia móvel.

As cobranças indevidas de serviços de valor adicionado (SVAs) são a principal motivação para o cliente entrar em contato com a entidade buscando orientação, seguido de descumprimento de oferta e má prestação de serviço.

“Para o Idec, os resultados demonstram que a atuação das agências reguladoras não tem sido eficiente para coibir abusos contra o consumidor. Continuaremos empenhados em cobrar melhores regras e mais fiscalização para proteger os consumidores”, avalia a coordenadora executiva do Instituto, Elici Maria Bueno.

Na Anatel, caiu o número de reclamações feitas sobre as operadoras no ano passado, mas também houve aumento quanto aos atendimentos relacionados à telefonia móvel.

15/03/2017 - Telesíntese

Na “Lista de Janot”, Gilberto Kassab defende as investigações

Ele e outros quatro ministros do governo Temer, além dos presidentes da Câmara, do Senado são alguns dos denunciados pelo procurador Rodrigo Janot

O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, é um dos cinco ministros do governo Temer que aparece na nova lista que o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, enviou ontem (14) ao STF com 83 pedidos de inquérito para investigar políticos denunciados pela empreiteira Odebrecht ainda sob os processos de corrupção e pagamento de propina pela empresa.

Kassab disse hoje, 15, aos jornalistas, que está muito tranquilo em relação a sua conduta na vida pública e que é a favor das investigações.

“Todas as minhas campanhas foram pautadas na mais absoluta legalidade. Estou sempre aberto, como sempre estive em toda a minha vida, a receber todos aqueles que queiram questionar qualquer participação minha. O Ministério Público existe para isso, tenho que aplaudir

a sua atuação”, afirmou.

Além dele, estão citados nessa lista os ministros Aloysio Nunes (PSDB-SP), das Relações Exteriores; Eliseu Padilha (PMDB-RS), da Casa Civil; Moreira Franco (PMDB-RJ), da Secretaria-Geral da Presidência; Bruno Araújo (PSDB-PE), das Cidades. Também integram a lista Rodrigo Maia (DEM-RJ), presidente da Câmara; Eunício Oliveira (PMDB-CE), presidente do Senado; Edison Lobão (PMDB-MA), senador; José Serra (PSDB-SP), senador; Aécio Neves (PSDB-MG), senador; Romero Jucá (PMDB-RR), senador; Renan Calheiros (PMDB-AL), senador. São também citados os ex-presidentes Lula e Dilma.

As acusações, em geral, são as seguintes: corrupção passiva, corrupção ativa, lavagem, fraude a licitação, formação de cartel e artigo 350 do Código Eleitoral, que é prestar falsas informações à Justiça Eleitoral.

15/03/2017 - Telesíntese

Projeto que proíbe franquia de internet na banda larga fixa é aprovado hoje pelo plenário do senado

O plenário do Senado Federal aprovou por unanimidade o PL 174/16, que proíbe a "implementação de franquia limitada de consumo nos planos de internet banda larga fixa." A votação se deu bem rápida, de pouco mais de uma hora, e só recebeu manifestação de apoio. Agora, ele vai para a Câmara dos Deputados.

O plenário do Senado Federal aprovou hoje à tarde, por unanimidade de seus pares, o PL 174/16, do senador Ricardo Ferraço (PSDFB/ ES), proibindo que as operadoras de telefonia fixa estabeleçam qualquer limite à franquia da banda larga fixa. O Senado aprovou também a redação final e, ainda nesta semana, o projeto deve ser enviado para a Câmara dos Deputados.



Durante a votação no plenário, o projeto teve o parecer favorável do senador Pedro Chaves, que assinalou que 99% dos mais de 608 mil internautas que responderam à enquete do próprio Senado se manifestaram contrários ao estabelecimento de controle de consumo de dados pelas operadoras. Também se manifestaram a favor do projeto, além do próprio autor, os senadores Humberto Costa (PT/PI) e Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM).

O presidente do Senado Federal, senador Eunício de Oliveira, decidiu incluir na pauta de votação de hoje, 15, do plenário, o PL 174/16, do senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), que proíbe a "implementação de franquia limitada de consumo nos planos de internet banda larga fixa."

Esse projeto teve a análise favorável da Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação do Senado, e chegou a receber parecer favorável do senador Pedro Chaves (PSC/MS). Ele seria aprovado nessa única comissão e enviado à Câmara. Mas a senadora Gleisi Hoffman (PT/PR) solicitou que o projeto também tramitasse na comissão de Assuntos Econômicos. Antes desse pleito ser votado, os líderes reunidos ontem, 14, decidiram aprovar o pedido de urgência para a votação direta pelo plenário.

O senador Eunício Oliveira também tem um projeto parecido, que foi pensado à proposta de Ferraço. O projeto do senador que tramita em conjunto, de número 176/16, também propõe alterar o artigo 7º da Lei 12.965 de 23 de abril de 2014 "para assegurar aos usuários da internet o direito à não limitação no volume de dados das conexões fixas". Na mesma linha, também o senador Humberto Costa (PT/

PE) apresentou projeto, que também foi anexado. Como esses dois projetos foram apresentados depois da proposta de Ferraço, eles acabaram sendo rejeitados pelo relator Pedro Chaves. Um outro projeto da Câmara, que tratava de lan house, foi rejeitado e voltará para as comissões temáticas.

A lei que está sendo modificada é o Marco Civil da internet, cujo artigo 7º trata dos direitos dos usuários. As operadoras

de telecomunicações trabalharam muito no Congresso Nacional para que ficasse preservado, nesse artigo, que elas teriam liberdade em seus negócios para poder gerenciar as redes e seus planos de serviços, inclusive com o estabelecimento de franquia, se assim o quisessem.

Diz o texto do Marco Civil que o usuário terá direito a "informações claras e completas constantes dos contratos de prestação de serviços, com detalhamento sobre o regime de proteção aos registros de conexão e aos registros de acesso a aplicações de internet, bem como sobre práticas de gerenciamento da rede que possam afetar sua qualidade".

Agora, o Senado aprovou a mudança desse artigo para que as operadoras não possam criar franquias na internet. Hoje, conforme a União Internacional de Telecomunicações (UIT), 68% dos países pesquisados de sua lista de 190 países oferecem pacotes de banda larga fixa ilimitada. Mas não há um estudo sobre quantos países proibem essa prática por lei. Talvez o Brasil passe a ser o primeiro, se a proposta também for aprovada pelos deputados.

Na Câmara

Quando chegar à Câmara dos Deputados, esse projeto será pensado a outras proposições formuladas pelos deputados, que tratam do mesmo teor, e que foram apresentadas no ano passado.

Lá existem pelo menos 94 projetos que tratam do tema, que foram todos pensados ao PL 6.042/13 e ao PLS 52/12 da senadora Lídice da Mata (PSB/BA). Desse grupo, pelo menos 30 tratam da franquia na banda larga fixa.

15/03/2017 - Telesíntese

Safra aumenta participação na Oi

Banco passa a ter mais de 16% das ações preferenciais da operadora.

O Banco Safra comunicou ao mercado que passou a ter mais de 15% das ações preferenciais da concessionária Oi. O banco atingiu o volume de 16,11% dos papéis PN (OIBR4) da operadora no último dia 10 de março.

O Safra iniciou a compra das ações PN da tele em fevereiro, quando adquiriu 11,42%. As operações acontecem sempre por meio do fundo Virgo, que controla. O movimento não tem nenhum objetivo além do

investimento, diz a instituição financeira.

"O Investidor não pretende alterar o controle da Companhia ou sua estrutura administrativa, entretanto, resguarda e pretende se fazer valer de todos os seus direitos de acionista para proteger os interesses econômicos dos seus clientes. O fundo não tem meta pré-estabelecida para seu investimento ou participação na Companhia", afirma, em nota ao mercado publicada na CVM.

15/03/2017 - Rede Brasil Atual

PEC 287 é uma das reformas de maior exclusão social no país, diz Dieese

Diretor técnico afirma que proposta "retarda (acesso à aposentadoria), exclui e arrocha". Para ele, protestos ajudam a conscientizar população. Golpe aconteceu para fazer reformas, diz dirigente do MST

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, sobre a Previdência, é, talvez, "uma das reformas de maior exclusão social no Brasil", avalia o diretor técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, que participou na tarde desta quarta-feira (15) de um debate promovido em rede social pelo jornal Brasil de Fato. Para ele, o dia nacional de paralisações, hoje, ajuda a fazer o contraponto à propaganda do governo e ajuda a população a entender o que representa "o ataque a seus direitos".

"O projeto é extremamente severo, retarda o acesso à aposentadoria, exclui milhões. Retarda, exclui e arrocha", resume Clemente. "As pessoas começam a entender a gravidade desse projeto." Já a reforma trabalhista, acrescenta, tem impacto ainda maior: "Afeta a organização econômica de toda a sociedade brasileira".

Para o diretor técnico do Dieese, com a proposta da Previdência, o governo diz, em síntese, que a população tem de receber menos. "Os rentistas, não. Para eles eu garanto."



"A sociedade não escolheu essa reforma", disse Clemente, apontando falta de debate público sobre o tema. "Temos de mostrar a nossa indignação. Queremos discutir a receita da Previdência."

Membro da direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Paulo Rodrigues destacou, no movimento de hoje, a "unidade de todo o campo popular", a "qualificação" das mobilizações com greves em várias categorias e o apoio da população. "Acredito que temos de sair com um calendário de mobilizações a partir de hoje. O golpe aconteceu por causa dessas duas reformas", avaliou.

A secretária de Assuntos da Situação da Mulher do Sindicato dos Metroviários de

São Paulo, Ana Cláudia Borguin, também se disse surpresa com a reação favorável da população, que em geral critica movimentos que atingem o transporte coletivo. "A gente teve muitas demonstrações de apoio", afirma, esperando que o dia de hoje seja "o começo de uma virada no movimento sindical".



15/03/2017 - Vermelho

Atos reúnem mais de 1 milhão contra reformas; SP põe 300 mil na rua

De acordo com a Frente Brasil Popular, cerca de 1 milhão de pessoas participaram das manifestações e paralisações em todo o Brasil, nesta quarta (15), contra as reformas da Previdência e trabalhista propostas pelo governo de Michel Temer. Só na Avenida Paulista, em São Paulo, o ato que encerrou o dia de mobilizações reuniu cerca de 300 mil pessoas.

Do Museu de Arte de São Paulo (Masp), onde se concentram os manifestantes, não era possível ver onde terminava a ocupação da via. A todo momento os presentes iniciavam coros de "Fora Temer", reivindicando a rejeição total da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287, que define a reforma.

Depois de uma dia de intensa mobilização, com paralisação de motoristas de ônibus, metroviários, bancários, metalúrgicos, professores, químicos e servidores públicos de várias áreas em todo o país, a avaliação dos organizadores do ato era de que o recado estava dado: o povo não vai aceitar passivamente as reformas da Previdência e trabalhista.

Guilherme Boulos, coordenador nacional do Movimento dos Traba-

lhadores Sem Teto (MTST) afirmou que o dia de hoje é "um marco". "Até aqui, nas últimas manifestações e dias de luta, estavam vindo às ruas apenas os movimentos organizados. Hoje tivemos um salto de qualidade. Muita gente que não está necessariamente mobilizada veio às ruas. Vários trabalhadores de diversas categorias estão paralisados em todo o Brasil. Temos já mais de 100 mil pessoas na Paulista, seguramente. Começou a cair a ficha sobre o tamanho do ataque das reformas trabalhista e da Previdência. É o início de um novo momento", disse, mais cedo.

A professora da rede estadual Rosa Maria Moura, 54, é uma das manifestantes. Ela diz que está preocupada com mudanças na aposentadoria. "Eu deveria aposentar daqui a dois anos. E agora está tudo indefinido", afirmou ao UOL.

Já o metalúrgico aposentado Nelson Gonçalves, 68, trouxe uma faixa com uma mensagem contra a reforma da Previdência. "Eu só escrevi sobre os trabalhadores e aposentados. Não cabe nela todo mundo que vai ser prejudicado", declarou ao mesmo site.

Leia mais em: <http://migre.me/wfApx>

15/03/2017 - Vermelho

Estratégia de Temer: o mercado engole o BNDES

Como o governo Temer ensaia dismantelar um dos maiores bancos de fomento do mundo.

Há pelo menos 12 anos, os neoliberais brasileiros retumbam um mantra atraente aos ouvidos do mercado financeiro e de bancos de investimento no País: os empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) afetam a política monetária brasileira, ou seja, contribuem para elevar os juros e a inflação.

Essa tese tem como seu principal expoente o economista Pérsio Arida, ex-presidente do próprio BNDES, do Banco Central e um dos pais dos planos Cruzado e Real. O economista publicou um texto sobre o assunto em 2005, conhecido como "Proposta Arida", que gerou um intenso debate nos meios econômicos e acadêmicos.

Mas o que era uma proposição controversa começa a ganhar contornos reais na gestão de Michel Temer. Sob o comando do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e do presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, o BNDES ensaia passar por uma das mudanças mais profundas de sua história, para privá-lo de vez do papel de indutor do desenvolvimento econômico e social no País.

As mudanças vieram a público pela via midiática no fim do ano. Na véspera do Natal, O Estado de S. Paulo noticiou que a equipe econômica estaria estudando alterar a forma de cálculo da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

A informação pegou de surpresa até mesmo nomes de expressão do BNDES, como o superintendente de Planejamento da instituição, Fabio Giambiagi, um dos mais ortodoxos neoliberais do banco. Descobriu-se, então, que o tema era tratado por um seleto grupo de diretores sob o comando da presidente Maria Sílvia Bastos Marques.

Houve reação interna. No dia 7 de fevereiro, a Associação de Funcionários do BNDES (AFBNDES) reuniu, no Rio de Janeiro, onde o banco está sediado, cerca de 800 empregados, de um total de 2,8 mil, para discutir o assunto em assembleia.

Do total presente ao encontro, aproximadamente 600 se posicionaram contra a "forma pouco transparente" com que questões tão importantes estavam sendo tratadas pela direção. Foi a primeira vez que funcionários do banco se mobilizaram por conta de um assunto que não envolvesse questões salariais.

A preocupação dos funcionários é de que as mudanças discutidas pela direção desfigurariam os propósitos e a atuação histórica do BNDES, o que se daria, uma vez alterado o cálculo da taxa de juros cobrada das empresas sobre os empréstimos do BNDES, a TJLP.

Leia mais em: <http://migre.me/wfAtn>